

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 047/2016

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 05 de março de 2016, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.148515/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.2. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.235803/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.3. Procedimento Ministerial SIMP nº 114.0.81142/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.158685/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Salvador;
- 1.5. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.102405/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.6. Procedimento Ministerial SIMP nº 190.0.206286/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.7. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.175286/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiáú;
- 1.8. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.191742/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.9. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.213761/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.10. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.42736/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.11. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.109237/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.12. Inquérito Civil SIMP nº 682.0.98346/2007, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 1.13. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.71138/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.14. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.5763/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.15. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.27763/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.16. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.42117/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.17. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.199827/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.18. Inquérito Civil SIMP nº 646.0.111066/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.19. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.156813/2014, da 7ª

- Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.20. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.84027/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.21. Procedimento Ministerial SIMP nº 112.0.118626/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Ituaçu;
- 1.22. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.37182/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.23. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.33327/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.24. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.49453/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.25. Inquérito Civil SIMP nº 693.0.79039/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Campo Formoso;
- 1.26. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.152703/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.27. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.148520/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.28. Inquérito Civil SIMP nº 590.1.20745/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 1.29. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.213106/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.30. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.63537/2015, do Grupo Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.31. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.28462/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital;
- 1.32. Procedimento Ministerial SIMP nº 696.0.89301/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.33. Inquérito Civil SIMP nº 593.0.153546/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.34. Procedimento Ministerial SIMP nº 645.0.190211/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Camacã;
- 1.35. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.197220/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.36. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.168026/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.37. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.36630/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Jacuípe;
- 1.38. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.197515/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.39. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.80706/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.40. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.120206/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.41. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.225329/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.42. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.89701/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

- 1.43. Procedimento Ministerial SIMP nº 590.0.86235/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.44. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.95724/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.45. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.51250/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.46. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.142901/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.47. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.74820/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.48. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.18784/2015, da 5ª Promotoria de Justiça;
- 1.49. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.103628/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.50. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.45590/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.51. Procedimento Ministerial SIMP nº 114.0.122156/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.52. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.149846/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.53. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.202330/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.54. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.242647/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.55. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.68255/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com Sede em Mata de São João;
- 1.56. Inquérito Civil SIMP nº 596.1.111427/2006, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana; (cópia CGMP)
- 1.57. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.177683/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 1.58. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.213454/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.59. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.28008/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.60. Inquérito Civil SIMP nº 646.0.156301/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.61. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.179587/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú.
- 1.62. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.28462/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital;
- 1.63. Procedimento Ministerial SIMP nº 696.0.89301/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.64. Inquérito Civil SIMP nº 593.0.153546/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.65. Procedimento Ministerial SIMP nº 645.0.190211/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Camacã;
- 1.66. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.197220/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.67. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.168026/2013, do Grupo de

Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.68. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.36630/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Jacuípe;

1.69. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.197515/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

1.70. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.80706/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.71. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.120206/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.72. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.225329/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

1.73. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.89701/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.74. Procedimento Ministerial SIMP nº 590.0.86235/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

1.75. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.95724/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.76. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.51250/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.77. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.142901/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.78. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.74820/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

1.79. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.18784/2015, da 5ª Promotoria de Justiça;

1.80. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.103628/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

1.81. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.45590/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.82. Procedimento Ministerial SIMP nº 114.0.122156/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

1.83. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.149846/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.84. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.202330/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.85. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.242647/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.86. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.68255/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com Sede em Mata de São João;

1.87. Inquérito Civil SIMP nº 596.1.111427/2006, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana; (cópia CGMP)

1.88. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.177683/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

1.89. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.213454/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.90. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.28008/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.91. Inquérito Civil SIMP nº 646.0.156301/2015, da 3ª Promotoria de

- Justiça de Itabuna;
- 1.92. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.179587/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú.
- 1.93. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.151561/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.94. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.200354/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.95. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.185113/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.96. Inquérito Civil SIMP nº 677.0.76717/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.97. Inquérito Civil SIMP nº 647.0.11238/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.98. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.198353/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.99. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.120579/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.100. Inquérito Civil SIMP nº 596.2.26253/2007, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.101. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.98604/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.102. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.55114/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.103. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.202551/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.104. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.179358/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência- GEIDEF;
- 1.105. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.62582/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.106. Inquérito Civil SIMP nº 591.0.89618/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.107. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.94096/2007, da 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.108. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.180442/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.109. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.223248/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi.
- 1.110. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.208665/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
- 1.111. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.179618/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.112. Inquérito Civil SIMP nº 198.0.23728/2008, da Promotoria de

- Justiça de Nova Soure;
- 1.113. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.160207/2011, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.114. Procedimento Ministerial SIMP nº 114.0.132749/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.115. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.133815/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 1.116. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.116152/2012, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 1.117. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.208121/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.118. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.177592/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.119. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.60114/2014, do Grupo de Atuação Especial da Saúde – GESAU;
- 1.120. Inquérito Civil SIMP nº 056.0.207948/2014, da Promotoria de Justiça de Cansanção;
- 1.121. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.116116/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.122. Procedimento Ministerial SIMP nº 720.0.151341/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.123. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.225886/2011, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.124. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.97326/2014, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 1.125. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.11996/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.126. Inquérito Civil SIMP nº 338.0.77691/2015, da Promotoria de Justiça de Jiquiriçá;
- 1.127. Inquérito Civil SIMP nº 213.0.27231/2009, da Promotoria de Justiça de Pau Brasil;
- 1.128. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.76388/2014, da Promotoria de Justiça de Correntina;
- 1.129. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.8834/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.130. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.119708/2010, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.131. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.3683/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.132. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.2344/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.133. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.70730/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.134. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.61297/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

SALA DAS SESSÕES, 05 de março de 2016.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

FRANKLIN OURIVES DIAS DA SILVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros: Zuval Gonçalves Ferreira; Aivaldo Guimarães Cidade; Adriani Vasconcelos Pazelli; Aurisvaldo Melo Sampaio; Ricardo Régis Dourado.//////////